



SEGURO SAÚDE

Em data de 21 do corrente (terça-feira), no Hotel Bourbon, realizaram-se as palestras versando sobre Seguro Saúde, a cargo de Paulo Marcos Senra Souza, da Amil e João Alceu Amoroso Lima, da Sul América, sob os auspícios da FUNENSEG e com o apoio deste Sindicato, do SINCOR/PR e do CVG. As palestras centraram seu objetivo sobre o futuro do mercado de saúde do Brasil, dentro da visão da medicina de grupo.

O evento contou com a participação das lideranças do mercado paranaense de seguro, além de executivos das empresas de seguros e de corretores de seguros.

A bem da verdade, e todos têm amplo conhecimento, que é dever do Estado e direito do cidadão ter acesso aos serviços de saúde. Entretanto, a realidade é bem outra, em decorrência dos problemas que afetam esse importante segmento, haja vista a situação do SUS (Sistema Único de Saúde) que manipula volumosos valores oriundos da CPMF e de parte da receita do DPVAT. Todavia, se o dinheiro fosse bem administrado, teríamos, sem dúvida, uma medicina de boa qualidade voltada para o bem da população carente, cujo atendimento humanitário tem significativa ação social. Tais problemas repercutem no seio da sociedade e ganham espaço na mídia impressa e televisiva. Portanto, é mais do que justificável a presença dos sistemas privados de planos de saúde e de seguros de saúde, os quais, na realidade exercem parceria com o Estado, cuja função maior é colaborar com a população e dar-lhe maior e melhor acesso aos serviços assistenciais à saúde.

Um dos pontos mais frágeis do problema é aquele do custo dos serviços médicos, aliando-se a isso o aumento constante da sinistralidade na área dos altos níveis de fraudes contra as seguradoras. São pontos negativos que impedem o bom funcionamento do sistema. Porém, o Brasil não é o único país a registrá-los. Também países do chamado primeiro mundo sofrem das mesmas causas, inclusive os Estados Unidos.

Deve-se considerar ainda a insuficiência do governo em atender a de-

manda de uma população mais envelhecida e que contribui cada vez menos em razão do desemprego e da informalidade. O governo, por seu lado, atribui aos planos privados, cada vez mais, obrigações que são de sua responsabilidade, pois, para isso, não esmorece o guloso apetite de cobrar mais impostos, cujo montante não sabemos aonde é aplicado.

Hoje, para atender a demanda, temos três grupos principais: Seguro Saúde, Medicina de Grupo e Cooperativas Médicas. Face a isso, é justo perguntarmos sobre a razão dos aumentos nos custos acima da inflação, como por exemplo: a) devido ao surgimento de novos procedimentos, menos invasivos, mas de custos elevados? b) pelo surgimento de medicamentos modernos com custos lastreados na economia mundial e não nacional? c) pela variação dos custos médicos? d) em razão do envelhecimento da população (que demanda muito mais atendimento)? e) devido à tecnologia existente e os custos cobrados por hospitais, laboratórios, etc. (médico na primeira consulta somente solicita exames)? f) por doenças de difíceis soluções: tabagismo, obesidade, etc. Temos que considerar ainda procedimentos que podem ser estéticos, como: a) vasectomia e laqueadura: é planejamento familiar ou risco para a saúde? b) cirurgia de miopia para três graus: estética ou risco para a saúde? (somente este procedimento, se aprovado, aumentará os custos da operação em aproximadamente 4%).

AANS quando autoriza os aumentos, tem fórmula que não contempla plenamente a reposição dos insumos acima destacados.

Compreendemos que fica difícil para o consumidor entender tais pontos, mas é preciso destacá-los. Como também é necessário apontar os problemas e obstáculos apresentados pela área de saúde suplementar. Sabemos que soluções existem, porém, é forçoso o empenho dos interessados, para que os pontos negativos sejam finalmente ultrapassados, isto se quisermos o bom funcionamento do setor com a conquista da qualidade que os serviços de saúde exigem.

:: CNSP

As empresas que usam a contratação CIF (ou seja, incluindo seguro e frete) nas importações agora estão protegidas juridicamente para utilizar seguros estrangeiros no transporte de mercadorias importadas ao Brasil. A nova norma do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, deve facilitar a vida das importadoras brasileiras que usam a modalidade, já que as empresas estrangeiras poderão arcar legalmente com o pagamento do seguro estrangeiro, segunda a advogada Cynthia Kramer, do L. O. Baptista Advogados.

Com a nova Resolução nº 165, de 17/07/07, em vigor desde o dia 20 daquele mês, a restrição para que o seguro de transporte fosse brasileiro contida na Resolução no 3, de 1971 foi revogada.

Na modalidade de contratação CIF (cost, insurance and freight), o exportador das mercadorias é responsável pelas taxas e custos de embarque marítimo ou aéreo, seguro e frete das mercadorias até o porto ou



aeroporto de destino. Esse custo passa a integrar o valor comercial da transação definida entre as empresas.

A maioria das importações das mercadorias no Brasil é feita pela modalidade FOB (free on board). Neste caso, o exportador é responsável apenas pelo traslado das mercadorias até o porto ou aeroporto de embarque e pelas tarifas portuárias ou aeroviárias de embarque, custo que integra valor comercial da transação. (Fonte: DCI, 21/08/07)

:: SEGURO E TECNOLOGIA

As empresas do ramo estão investindo cada vez mais em tecnologia. Números da FENASEG revelam que as empresas de seguro, previdência e capitalização aplicaram cerca de R\$ 1 bilhão em despesas e investimentos em recursos de tecnologia da informação em 2006.

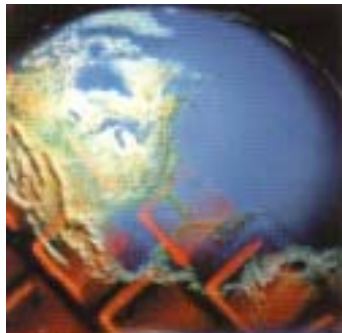
Este ano, a expectativa é que esse valor chegue à R\$ 1,12 bilhão. O assunto será tema do III Insurance IT Meeting, encontro de empresas de TI voltado para o setor de seguros, que acontece em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, entre os próximos dias 24 e 26. (Fonte: Mogi News, 21/8/2007)





:: RESSEGUROS

A regulamentação definitiva da abertura do setor de resseguros no Brasil, provavelmente será colocada em audiência pública no fim de setembro pela SUSEP, para receber contribuições e críticas dos interessados. A informação foi dada pelo procurador da SUSEP Marcello Bittencourt, durante seminário na Câmara Americana de Comércio (Amcham). Algumas seguradoras brasileiras estão se adiantando à regulamentação da Lei Complementar 126, de janeiro, que permite a abertura do setor de resseguros, e já estão consultando resseguradoras e tomando preços junto a elas. A informação é do presidente da Associação Brasileira das Empresas de Resseguros e da empresa Atlantic RE, Paulo Pereira. Com isso, se a regulamentação já estivesse aprovada, as empresas poderiam pedir ao IRB que ofereça as mesmas condições para o resseguro e, caso o IRB não o faça, contratar com as estrangeiras, nove das quais têm escritórios no Brasil e participam da entidade presidida por Pereira. Como a regulamentação definitiva ainda não saiu e há só uma provisória, no momento, há dúvidas. "A questão é saber se o regulador vai deixar (nesse momento)", disse Pereira. Fonte: (Agência Estado, 21/08/07)



:: CARRO ROUBADO

As polícias Civil, Militar e Rodoviária Estadual passarão a compartilhar do mesmo alerta de carro roubado em todo o estado.

A unificação começou a funcionar anteontem. Na prática, a partir de agora, as ligações feitas por proprietários de carros roubados ou furtados ao 190 da PM serão repassadas também à Polícia Civil. "Anteriormente as duas polícias trabalhavam em separado. A Polícia Civil só sabia do roubo quando a vítima ia à delegacia fazer o Boletim de Ocorrência (BO)", explica o major Leomir Mattos, coordenador do projeto.

O alerta funciona como uma espécie de boletim prévio, já que, por telefone, a vítima pode fornecer o número da placa, o modelo do veículo, o local onde estacionou o carro, a descrição de possíveis suspeitos, entre outras informações. "Durante 24 horas, todos os policiais do estado em atuação terão em tempo real a informação se tal carro é roubado ou não", afirma Mattos. Segundo ele, o alerta

também vai constar no Infoseg (Cadastro Nacional de Segurança Pública). "Se o carro for encontrado em Santa Catarina em atitude suspeita e o policial consultar o sistema, a informação se aquele é um carro roubado ou não estará disponível".

Em até 24 horas, no entanto, o proprietário do veículo precisa se dirigir à delegacia de polícia mais próxima para ratificar a informação. "Se isso não ocorrer o alerta será cancelado", diz o delegado Itiro Hashitani, titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos.

Depois de confirmado o BO, ocorre também o bloqueio administrativo do veículo junto ao Departamento de Trânsito (DETRAN) e a Delegacia da Receita. De acordo com Hashitani, são roubados e furtados 18 veículos por dia em Curitiba. A média de recuperação, segundo ele, é de 45% a 50%. "Com o novo sistema pretendemos aumentar esse percentual". (Fonte: O Estado do Paraná, 21.08.07, autoria: Guilherme Vottch)

:: VGBL

Dados da FENAPREVI (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) indicam que o mercado de previdência complementar aberta faturou, no primeiro semestre, R\$ 12,4 bilhões, o que representou um crescimento de 26% na comparação com igual período do ano anterior. O crescimento foi impulsionado pelos planos de vida geradores de benefício livre (VGBLs), cujas vendas subiram 38%, para R\$ 8,6 bilhões. O PGBL, por sua vez, gerou recursos da ordem de R\$ 2,06 bilhões, registrando queda de 3,2%. Já a captação dos planos tradicionais aumentou 18,2%, alcançado o patamar de R\$ 1,7 bilhão até junho. Os outros produtos de previdência (FAPI, PGRP e VGRP) faturaram R\$ 7,7 milhões, recuo de 44,7%.

Em relação à participação no volume de contribuições por tipo de plano, o VGBL lidera o ranking, com 69,3% do total; seguido pelo PGBL, com 16,6%; e pelos planos tradicionais, com 14%.

Os dados da FENAPREVI mostram ainda que até junho os planos para menores de idade subiram 80,7%, ao faturar R\$ 686,6 milhões. Nos planos corporativos a alta foi de 22,9%, para R\$ 2,038 bilhões, e nos planos individuais, de 24%, para R\$ 9,712 bilhões. A

parcela de mercado dos planos individuais chegou a 78,1% no fechamento do semestre, enquanto a fatia dos produtos empresariais alojou-se em 16,4% e a dos planos para menores de idade, em 5,5%.

VIDA. O mercado de seguros de pessoas movimentou R\$ 5,1 bilhões no primeiro semestre. Segundo a FENAPREVI, esse montante foi 13,4% maior que o apurado em igual período do ano passado. O levantamento não inclui o VGBL, considerado para esse fim como produto de acumulação previdenciária. (Fonte: Jornal do Commercio, 20/08/07)



:: DVPAT

Aprovado em primeira discussão no plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o projeto de lei 75/07, de autoria do deputado João Peixoto (PSDC), obriga hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias a afixar, em local visível, informações sobre a Lei Federal 6.194/74, que trata da indenização do seguro obrigatório Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DVPAT). Fonte: SEG NOTÍCIAS, 21/8/2007





:: AUMENTO DAS VENDAS

O desafio de tornar o seguro um serviço básico de garantia e proteção para toda população é o desejo dos seguradores e também do governo. A grande passo para esse desenvolvimento tem sido a abertura do resseguro no Brasil, já que se espera a entrada de novas empresas internacionais, que deverá gerar maior competitividade entre as companhias do setor e, conseqüentemente, a redução do preço. O mercado já começou a sentir esse bom momento, já que o lucro das seguradoras no primeiro semestre de 2007 atingiu R\$ 3,2 bilhões, um crescimento de 25%, segundo dados divulgados pela SUSEP. As grandes empresas do mercado de seguros também tiveram lucro significativo com essa boa fase. As carteiras de seguros, previdência e capitalização agregaram cerca de R\$ 631 milhões às receitas do Banco do Brasil nesse primeiro semestre. Já a Aliança Brasil, arrecadou R\$ 698 milhões em prêmios emitidos, uma evolução de 7,3% em relação ao mesmo período de 2006. Com isso, a empresa alcançou 3,5 milhões de segurados em sua carteira. A Sul América

Seguros registrou um forte aumento lucro líquido da companhia nesses primeiros seis meses desse ano. O ganho cresceu 203% e ficou em R\$ 193 milhões. Essa melhora se deve a uma revisão de custos operacionais e ao refinamento das políticas de subscrição. O total de prêmios aumentou 6% no semestre, para 3,5 bilhões. A maior expansão foi na carteira de seguro saúde, que cresceu 16% e ficou em R\$ 1,95 bilhão. O Unibanco AIG também obteve ganhos significativos, em seguro de vida e aposentadoria, a empresa movimentou prêmios de US\$ 16,5 bilhões, alta de 7,4% no período. Outro segmento que também está em uma fase positiva é o de capitalização. De acordo com números divulgados pela FENACAP - Federação Nacional das Empresas de Capitalização, o setor contabiliza R\$ 11,5 bilhões em suas reservas na primeira metade do ano, índice 5,9% superior ao obtido em 2006. Quanto ao faturamento, o acumulado no período soma R\$ 3,7 bilhões, apresentando um crescimento de 8,8% sobre o ano passado. (Fonte: Funenseg/Comunicação Social, 21/8/2007)

:: SISTEMA ANTIFURTO

O Jornal Folha de São Paulo, de 20/08/07, publicou interessante matéria sobre o sistema obrigatório antifurto, informando que o sistema é fraudado com técnicas simples; massificação pode agravar o problema. Perda de sinal em lugares fechados, ação de ladrões para bloquear transmissão de dados e clonagem são previstas por especialistas. A vulnerabilidade existente hoje ainda tende a se agravar com a padronização da tecnologia que deve ser feita pelo governo federal neste semestre e a massificação do produto. Mais: os próprios estudos que embasaram a nova exigência prevêem que ela só terá eficácia se forem adotadas ações complementares pelos órgãos de trânsito, e há até uma projeção de clonagem de equipamentos que pode prejudicar a fiscalização de até 2,4% dos veículos procurados nos principais centros, como São Paulo. Pela resolução 245 do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), publicada neste mês, veículos só poderão ser vendidos se já tiverem instalado esse equipamento para rastreamento e bloqueio à distância.

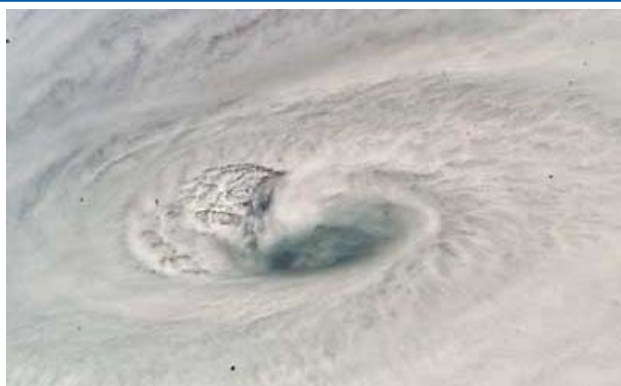


Caberá ao motorista decidir se quer pagar uma taxa mensal de manutenção do serviço, mas haverá um custo compulsório: os carros ficarão mais caros. Hoje os dispositivos podem custar até R\$ 2.000, mas a projeção é que, em escala, eles possam sair próximos de R\$ 150. A exigência se tornou mais polêmica diante dos questionamentos sobre as deficiências dessa tecnologia. A medida cumprirá sua missão? "Provavelmente muito pouco. O aparelho não será grande problema para ladrões "profissionais", avalia Francisco Javier Ramirez Fernandez, professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP.

:: NATUREZA

A empresa Eqecat Inc, que monitora riscos, com sede na Califórnia, calcula entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 3 bilhões as perdas seguradas causadas pelo furacão Dean, o primeiro desta temporada nos Estados Unidos. As perdas concentram-se na Jamaica, segundo nota divulgada pela empresa.

Em 2006, as seguradoras e resseguradoras foram surpreendidas por uma fraca safra de furacões. Ao contrário do que ocorreu em 2005, quando as perdas bateram recordes em catástrofes naturais. Neste ano, as principais perdas seguradas se concentram nas enchentes da Europa e terremoto no Japão.



:: PALESTRAS

31/08 - II Encontro Sobre Seguro - Ministério Público e Procons do MS, Auditório Nereu Aristides Marques, Rua Presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, 214 - Campo Grande - MS.

20 e 21/09 - FORUM REGIONAL DE SEGUROS - Anfiteatro da FAG, Cascavel/PR

